

Escravidão: UE admite crime contra a Humanidade mas não pede desculpa

Conferência da ONU aprova declaração final. Países manifestam reservas

● DURBAN, África do Sul. Depois de uma noite de frenéticas negociações diante do impasse sobre o Oriente Médio e sobre o reconhecimento dos danos causados pela escravidão, a Conferência Internacional da ONU contra o Racismo aprovou ontem à tarde um plano global contra a discriminação racial no planeta, dividido em dois documentos — uma declaração de princípios e um programa de combate ao racismo que devem ser adotados pelos 160 países participantes.

O acordo só foi possível depois que a conferência votou contra uma moção de última hora da Síria, que reivindicava a inclusão de uma acusação implícita de racismo a Israel. A posição da Síria provocou um grande impasse e retardou ainda mais o término do encontro, que deveria ter acabado na sexta-feira. Apesar da aprovação por consenso, alguns países, entre eles Canadá, Austrália e Síria, expressaram reservas profundas em relação à declaração final.

Acordo tenta evitar indenizações por escravidão

Na manhã de ontem, quando a reunião parecia destinada ao fracasso, a direção da conferência anunciou um consenso em relação ao ponto mais polêmico do encontro: a escravidão. Os países europeus reconheceram que "a escravidão é um crime contra a Humanidade e deverá ser sempre considerado como tal". Mas conseguiram retirar do texto expressões que pudesse abrir caminho a ações judi-



A SECRETÁRIA-GERAL da conferência, Mary Robinson, e a ministra sul-africana Dlamini-Zuma negociam

ciais de indenização, como desejavam vários países africanos.

Em vez do pedido formal de desculpas pela escravidão, reivindicado pelos africanos, a conferência estabelece apenas, em termos gerais, que os países desenvolvidos devem ajudar no desenvolvimento do continente africano.

O texto que havia sido rejeitado na sexta-feira pelos europeus assinalava, além do pedido de desculpas, a necessidade do mundo desenvolvido, e principalmente dos países envolvidos com a escravidão, de contribuírem para o desenvolvimento africano. Essa contribuição se tornou genérica, mas o texto reconhece que "as injustiças históricas da escra-

vidão contribuíram de maneira inegável para a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social, as desigualdades econômicas e a insegurança que afeta numerosas pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento."

Para contornar o impasse sobre a escravidão, o Brasil e o Quênia tiveram papel decisivo durante a madrugada de ontem para alcançar o consenso. A representante do Quênia, Amina Mohamed, disse que o acordo foi o mínimo que os africanos desejavam obter. Mas o coordenador das Organizações Não-Governamentais (ONGs) africanas em Durban, Aliun Tine, se declarou muito satisfeito:

— O reconhecimento da escravidão como crime contra a Humanidade é um precedente histórico que os africanos jamais obtiveram em instância internacional — disse.

A reivindicação da Síria exigindo condenações ainda que implícitas a Israel foi derrubada ontem de manhã. O impasse em relação ao Oriente Médio já havia provocado a retírada dos Estados Unidos e de Israel da conferência, na semana passada.

A conferência, a maior já realizada contra o racismo, começou no dia 31 de agosto e deveria terminar na sexta-feira, mas a questão da escravidão obrigou os delegados a uma noite inteira de negociações. ■